CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ

Ata de Audiência Pública para debater assuntos relacionados à LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015, realizada dia 15 de julho de 2014, na Sede da Câmara Municipal de Marabá, localizada na Av. Hiléia, s/n, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, Cep nº 68 502 – 100.

Presidente: ***Vereadora JÚLIA MARIA FEREIRA ROSA VELOSO.***

Secretários: ***Vereadora IRISMAR NASCIMENTO ARAÚJO MELO e Vereador ALECIO STRINGARI.***

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, no Plenário da Câmara Municipal de Marabá, no horário regimental, teve início Audiência Pública para debater assuntos relacionados à LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o Exercício Financeiro de 2015, no Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal de Marabá.

Presentes na Sessão os Vereadores: ANTÔNIO ARAÚJO, RONALDO CHAVES, MIGUEL GOMES, EDIVALDO SANTOS, LEODATO MARQUES, PEDRO CORREA, JOÃO HIRAN, BETO MIRANDA, ORLANDO ELIAS, GERSON VARELA, UBIRAJARA SOMPRÉ e ELOI RIBEIRO e Vereadoras ANTÔNIA CARVALHO e IRMÃ NAZARÉ.

Leitura Bíblica: ***Constou do Livro de Isaías, cap. 61. 1:3.***

A Presidente da Casa Vereadora JÚLIA ROSA, abriu os trabalhos cumprimentando todos os presentes ao evento, convidando para Presidir a Audiência Pública o Vereador MIGUEL GOMES em substituição ao Vereador PEDRO CORREA, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e este, após cumprimentar e agradecer a presença de todos, convidou para fazer parte da Mesa Diretora os membros da Comissão de Finanças e Orçamento Vereadores EDIVALDO SANTOS, ORLANDO ELIAS e UBIRAJARA SOMPRÉ e os Senhores RUBERVAL RODRIGUES - Secretário Municipal de Planejamento (SEPLAN) e RICARDO ROSA - Secretário Municipal de Gestão Fazendária (SEGFAZ), informando que a Comissão é composta ainda pela Vereadora VANDA AMÉRICO que estava em outra missão.

.

Ocuparam as galerias de honra o Senhor Karan El Hajar Presidente do Ipasemar, José Ubiratan Sompré - Coordenador do Procon Marabá, Dr. Félix Marinho - Coordenador Geral da Progem, Raimundo Nonato - Presidente do Lions Clube, Carlito Neves - Presidente do Centro Comunitário do Bairro Nova Vida, Lia - Presidente da Associação de Moradores do Bairro Liberdade, além de outros Presidentes de Associações de Bairros e Folhas e de Entidades Filantrópicas do Município.

Ainda com a palavra o Presidente, colocou a todos que a Audiência sobre a LDO, é de conformidade com o que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que as comunidades de um modo geral apresentem suas reivindicações com propostas e sugestões, bem como, o objetivo da Audiência é ouvir as comunidades para que coloquem as idéias e necessidades, mas a responsabilidade maior em relação aos recursos é do PPA - Plano Plurianual, pois a LDO, é apenas para receber sugestões, asseverou. Vereador UBIRAJARA SOMPRÉ, disse que este é momento importante, pois as idéias e sugestões colocadas pela comunidade, só vêm a beneficiá-los em breve. Vereador ORLANDO ELIAS, disse de sua satisfação em estar participando dos debates sobre a LDO, frisando que a sociedade está mais organizada, mobilizada e participativa nas decisões. A Vereadora JÚLIA ROSA, frisou que este, é momento importante para o Município e sociedade e que gostaria que o processo fosse efetivamente participativo com a presença de todas as Associações e Entidades, para que pudessem colocar o que entenderam ou não sobre a peça orçamentária e exporem suas necessidades, bem como, temos de contemplar emendas na LDO, no que couber, sugeriu. Com a palavra o Sr. RUBERVAL RODRIGUES, agradeceu a oportunidade fazendo exposições

sobre quais as finalidades e metas da LDO, frisando que sempre que solicitado, comparecerá a esta Casa. Detalhou em seguida alguns pontos como: ***composição do Projeto de LDO; prioridades do Governo Municipal; plano de ação; avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior; receita total prevista e empenhada em 2013; receita total prevista para 2015; despesas previstas para 2014; metas fiscais atuais comparadas com o próximo exercício; evolução do patrimônio líquido do Município; riscos fiscais (providências); apresentação dos anexos conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal; exigência legal; prioridades e metas; estrutura e organização dos orçamentos; artigos, incisos e parágrafos da LDO, destacando e fazendo leitura do art. 20; parâmetros e diretrizes para elaboração do Orçamento/2014 e as conclusões****. Mais adiante colocou que todos os requisitos legais para a construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram devidamente observados, revisados e detalhados com clareza ponto a ponto, acrescentando que as peças da LDO anterior, não tinham índices inflacionários, mas as deste ano vêm definindo tudo. Este é o compromisso para com a gestão e aplicação dos recursos públicos, bem como, as ações não são das Secretarias, mas sim do Governo Municipal, que só cobra as metas das pastas, concluiu. Vereador RONALDO CHAVES, disse que é importante que os Conselhos Municipais, tragam as suas demandas e reivindicações para futuras discussões do PPA, no sentido que sejam feitos os devidos encaminhamentos. Vereadora IRISMAR MELO, disse que está em seu segundo mandato, é a 6ª LDO que participa, mas*

algumas lideranças continuam não entendendo que a peça é do Executivo, a PMM não fez Audiência e todo ano o Projeto é discutido, mas não dá para compreender e as explicações deveriam ser mais didáticas, pois tantos números nos deixam confusos, por isso a comunidade não tem como interferir e o pequeno empreendedor não consegue avançar, bem como, o setor competente está se manifestando sobre os recursos para as comunidades, mas não temos prazos conforme as metas fiscais. Concluiu frisando que não podemos deixar a Previdência falir para não prejudicar os trabalhadores no futuro, alinhavou. A Vereadora TOINHA, disse que as discussões são abstratas, pois não temos conhecimento contábil sobre o Projeto e seria bom se algum membro do Executivo elaborasse a LDO de forma que realmente a compreendamos, pois as coisas são colocadas por cima e as comunidades não entendem por isso não se manifestam, bem como, a LDO é colocada de forma complexa, mas o importante serão os recursos a serem inseridos no PPA, para os exercícios financeiros de 2015, 2016, pois o de 2014 já está contemplado, bem como, ainda falta um contador para orientar e assessorar esta Casa, mas o interessante é o Orçamento Participativo com participação de Entidades e movimentos organizados, disse ela. Concluiu sua falação dizendo que é pertinente a preocupação com o Ipasemar, mas as colocações sobre os incentivos fiscais para o desenvolvimento social não ficou bem claro. O Vereador Cel. ARAÚJO indagou ao Secretário se este é momento apropriado para propor que sejam inseridos na LDO ou na LOA, alguns projetos financeiros que chegaram nesta Casa, destacando o que visa conceder ajuda de custo para segurança dos servidores da Guarda Municipal e DMTU, principalmente sobre a aquisição de uniformes. O Secretário de Planejamento disse que temos de avançar mais nas discussões da LDO, algumas situações dependem de recursos federais e temos que respeitar o

que diz a Lei, mas para 2015 teremos discussões mais interativas com a população e no momento oportuno das discussões da LOA, veremos como será feito o repasse e a questão dos impactos financeiros para aquisição de uniformes para as instituições citadas, concluiu. O Secretário Municipal de Gestão Fazendária Dr. RICARDO ROSA disse que fica feliz pela linha de raciocínio levantado pela Vereadora TOINHA, mas é questão de convicção de princípio, pois a economia local é pensada apenas por um lado, não se usa e economia forte para o microempreendedor para incentivá-los, e a questão precisa ser discutida com o SEBRAE, asseverou. Informou concluindo que será enviado para esta Casa um Projeto de incentivo geral para o setor educacional. Vereador ALECIO STRINGARI frisou que existem questões em Marabá que precisam avançar, principalmente sobre a distribuição de receita para incentivos fiscais a prestadores de serviços, cujos têm teto mínimo para prestar conta com o Município, alinhavou. Mais adiante o orador disse que na zona rural não se avança em nada, pois entra ano, sai ano, e os recursos não chegam, desabafou. O Vereador MIGUELITO levantou questão de ordem colocando que a LDO pode ser modificada através de sugestões da população e é ela, LDO, que direciona novos orçamentos como a LOA e o PPA, explicou. A Vereadora JÚLIA ROSA colocou que discutir o Orçamento é complicado, exige atenção e é exercício de aprendizado, mas alguma coisa precisa ser revistas, pois a Lei trata de diretrizes orçamentárias, mas não veio no bojo do Projeto, o anexo de prioridades para que a matéria seja discutida e votada, alinhavou. Encerrou sua oratória dizendo que vê como bons olhos a revisão dos incentivos fiscais no sentido de que os pobres sejam beneficiados. Vereador PEDRINHO lembrou que ficaram dívidas da administração anterior em relação aos prestadores de serviço para a Prefeitura, porém não recebem os recursos

devidos e algumas pequenas empresas estão quebrando, indagando ao Secretário de Planejamento como fazer para alocar estes recursos no orçamento. Mais adiante o orador sugeriu que seja debatido profundamente com a SEGFAZ e SEPLAN a Lei Geral, no sentido de que sejam atraídas para nossa região grandes empresas para alavancar o turismo no Município e região. Encerrou sua intervenção sugerindo que o Presidente do Ipasemar Senhor KARAN seja chamado nesta Casa para explicar sobre como está sendo repassada a porcentagem do servidor que contribuiu durante o seu tempo de trabalho. Vereador MIGUELITO diante das colocações de uma pessoa das galerias de honra de que a comunidade não pode se manifestar sobre as colocações à LDO, sugeriu que esta Casa viabilize a realização de cursos de orientação e capacitação sobre o orçamento com as comunidades, no sentido de que entendam o processo e participem mais das discussões dando sugestões, acrescentou. Vereador RONALDO CHAVES disse que tanto a SEPLAN como a SEGFAZ têm dado celeridade nas questões do Município, colocando que os micros, médios e pequenos empreendedores são os maiores geradores de despesas e recursos precisam ser injetados no Município para que as coisas não piorem, bem como, as grandes empresas estão ganhando, mas as pequenas são alijadas, concluiu. O Sr. ROBERVAL, fez suas considerações finais, dizendo que está a disposição para explicar a dinâmica da LDO e do PPA para esta Casa e comunidades, afirmando que enviará a esta Casa o mais breve possível os anexos de prioridades e, em relação aos prestadores de serviço para a Prefeitura, ressaltou que alguns casos não foram resolvidos, mas serão revistas as situações pendentes caso a caso, após as medições para que o processo seja concluído, finalizou. Vereadora JÚLIA ROSA levantou questão de ordem, frisando que temos de avaliar o PPA de forma conjunta, bem como, o Gestor se

preocupa em resgatar e melhorar a infraestrutura urbana de Marabá, mas precisa olhar o social, como investir na saúde da mulher ampliando e melhorando o atendimento, asseverou.

<u>Encerramento:</u> Não havendo mais assunto a tratar a Sessão foi declarada encerrada e para constar, foi lavrada esta Ata que depois de apreciada e aprovada será assinada pela Senhora Presidenta e Secretários presentes.